

PARECER Nº 554/2015 - NSAJ/SESMA

PROTOCOLO nº 1441590 - DETERMINAÇÃO JUDICIAL DO JUÍZO DA 3ª VARA  
DA FAZENDA DE BELÉM-PA - PROCESSO Nº 0043968-69.2008.8.14.0301  
INTERESSADA: ALFREDO SOUZA DE LIMA  
ASSUNTO: FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO SINVASTATINA 40 MG

Senhor Secretário Municipal de Saúde,

Este Núcleo Setorial de Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Saúde foi instado a se manifestar, por meio de parecer, a respeito da **DETERMINAÇÃO JUDICIAL DO JUÍZO DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM-PA, PARA O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO SINVASTATINA 40 MG AO PACIENTE ALFREDO SOUZA DE LIMA.**

Trata-se de Mandado de Segurança em face do Município de Belém e proposta pelo Sr. Alfredo Souza de Lima, o Autor foi diagnosticado com **DOENÇA CARDÍACA HIPERTENSIVA e DOENÇA ESQUÊMICA CRÔNICA DO CORAÇÃO.**

Diante disso, o juízo da 3ª Vara da Fazenda de Belém-PA deferiu o pedido de tutela antecipada e determinou que o Município de Belém viabilizasse o fornecimento do medicamento SINVASTATINA ao Autor. Posteriormente, proferida a sentença, determinou que o fornecimento do medicamento fosse contínuo, enquanto perdurasse a situação do paciente.

Inicialmente, o remédio em questão encontrava-se disponível em estoque, porém por se tratar de demanda contínua e pela falta de planejamento, o estoque do medicamento esgotou.

O Setor de compras foi instado a fazer a cotação de preços nº 61/2015, quando conforme fl. 65 foram solicitados orçamentos de três empresas, sendo a proposta vencedora ofertada pela empresa M M LOBATO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 05.109.384/0001-07, no valor de R\$ 53,40 (cinquenta e três reais e quarenta centavos).

Presente nos autos também está a dotação orçamentária para a aquisição do medicamento especificado na decisão judicial.

É o breve relatório, passo a analisar.

#### **I - DO DIREITO À SAÚDE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA:**

A Constituição Federal de 1988 assegura o respeito à dignidade da pessoa humana, enquanto fundamento do Estado Democrático de Direito:

*"Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...)*

#### ***III- a dignidade da pessoa humana;"***

Ocorre que, não há que se falar em plenitude da dignidade da pessoa humana sem que exista a garantia do direito à saúde. Por isso, nossa Carta Magna, em seus artigos 6º e 196, assegura de forma contundente que:

*"Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a*



proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". (destacamos)

"Art. 196. A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". (destacamos)

Observando o positivado em lei, refletimos que tanto a nossa superior Carta Magna, como os princípios que norteiam nossa vertente jurídica, preceituam e dissertam sobre a necessidade de se respeitar os direitos fundamentais e imprescindíveis a existência de uma vida digna e honrada.

Logo, o pleito ora analisado se funda na requisição de um direito prontamente entrelaçado com a manutenção da vida digna do paciente, não sendo possível haver decisão que não seja a concessão do pleiteado, diante ao fato de ser este primordial a saúde.

Assim, a viabilização do medicamento para o requerente Alfredo Souza de Lima é indispensável para resguardar a sua saúde.

## **II - DO PROCEDIMENTO:**

É sabido que a regra para aquisição do objeto deste parecer é por meio do processo de licitação, que é um procedimento administrativo formal e tem como escopo proporcionar à Administração Pública uma aquisição ou contratação de uma

prestação de serviços da forma mais vantajosa, respeitando-se os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Entretanto, embora exista a real importância de processo licitatório e a crucial necessidade da sua existência, a Lei prevê a possibilidade da dispensa deste procedimento quando constatado um caso de **emergência** e caracterizada urgência no atendimento de uma situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas.

Na presente situação, para minorar a situação da paciente, considerando ainda ser a solicitação através de demanda judicial, o artigo 24, IV da Lei 8.666/93 é uma das formas de contratação direta, que possibilita a dispensa de licitação.

Na oportunidade faz-se mister transcrever o teor do art. 24, IV da Lei 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e



ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

*In casu*, a contratação direta far-se-á com fundamento no artigo supramencionado, tendo em vista a emergência do caso em comento e a necessidade de atendimento imediato da requerente, por tratar-se de **viabilização do medicamento SINVASTATIVA 40 MG que é necessário para o tratamento médico e é essencial para a manutenção da saúde da paciente**. Essa situação emergencial certamente colocaria em risco a satisfação dos valores buscados pela própria norma ou pelo ordenamento em seu todo.

Neste sentido, a demora na realização do procedimento licitatório acarretaria o sacrifício de valores tutelados no ordenamento jurídico, tornando-se imperiosa a tomada de medidas de urgência, entre as quais está a possibilidade de contratação direta.

Outrossim, importante observar os requisitos legais previstos no art. 26 da Lei 8.666/93 comuns a esses processos de contratação direta.

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I- Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II- Razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - Justificativa do preço.

Desta forma, visando a realização dos procedimentos e exigências estabelecidas no art. 26, encontra-se caracterizada a situação emergencial, conforme dispõe o inciso I, uma vez que o paciente não mais pode esperar e a demora na realização do exame causará prejuízos à saúde da mesma.

Em relação à escolha do fornecedor e à justificativa de preço, exigências dos incisos II e III também do art. 26, aludimos que a escolha deu-se através do procedimento de cotação de preços, o qual cotou no mercado as empresas que fornecem os referidos medicamentos, sendo a proposta de menor valor ofertada pela empresa M M LOBATO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 05.109.384/0001-07, no valor de R\$ 53,40 (cinquenta e três reais e quarenta centavos).

Assim, consoante a lei 8.666/93, verifica-se plenamente justificável a dispensa aqui explanada, **visto tratar-se do cumprimento de ordem judicial**. Além disso, a aquisição requerida é de caráter primordial para o resguardo da saúde do requerente e para evitar maiores danos. Logo, a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.



Na presente situação, a falta de medicamento, consoante consta no memorando nº 338/2013 decorre tanto da ineficiência da Secretária Municipal de Saúde como do fracasso de diversos itens nos processo licitatórios realizados por esta Secretaria.

A motivação por ineficiência da Administração Pública em regra **NÃO** autoriza a realização de uma compra emergencial, contudo tratamos *in casu* do direito a saúde, razão pela qual a desídia da Administração não pode aniquilar este direito fundamental, devendo haver consequentemente a responsabilização daqueles que deram causam a esta situação.

Na oportunidade transcrevo o entendimento do Tribunal de Contas da União que inclusive já se manifestou sobre a questão, através do acórdão nº 1. 876/2007, senão vejamos:

"(...) se caracterizada a existência de situação em que a demora no atendimento possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, faz-se não apenas recomendável, mas imperativa a adoção de imediata solução, ainda que implique na realização de contratação direta, sem licitação."

Não se pode olvidar que, uma vez presentes todos os requisitos previstos no dispositivo legal, cabível será a dispensa de licitação por emergência, independentemente da culpa do servidor pela não realização do procedimento licitatório na época oportuna.

Ora, caso a demora no procedimento normal puder ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras ou serviços, públicos ou particulares, não restam dúvidas que mesmo assim deve-se proceder à dispensa por emergência, pois o



89

interesse público em questão conduz necessariamente nesse sentido. ENTRETANTO, DEVE-SE PUNIR O AGENTE QUE NÃO ADOTOU AS CAUTELAS NECESSÁRIAS EM TEMPO OPORTUNO.

Ou seja, por motivos de ordem econômica e social, se ficar caracterizada a emergência e todos os outros requisitos estabelecidos nesse dispositivo, pouco importa que a mesma decorra da inércia do agente da administração ou não. Caracterizada a tipificação legal, não pode a sociedade ser duplamente penalizada pela incompetência de servidores públicos ou agentes políticos: dispensa-se a licitação em qualquer caso.

Assim, a desídia da Secretaria de Saúde no cumprimento de suas obrigações ou espera pela finalização dos processos licitatórios não pode penalizar a população que possui o direito subjetivo a saúde e que deve ser garantido a qualquer custo, sob pena de o Estado estar fraudando as justas expectativas nele depositadas, razão pela qual a aplicação da medida instituída no artigo 24, IV da Lei 8.666/93 fez-se extremamente necessário para a manutenção do sistema de saúde municipal.

Levando-se em consideração os fatores acima explanados e visando o cumprimento da decisão judicial, não resta a esta Secretaria alternativa, senão socorrer-se do procedimento de dispensa de licitação, dada a necessidade premente de fornecimento do exame solicitado e a inviabilidade da espera pela conclusão de um processo licitatório, bem como a adequação aos pressupostos exigidos pela lei.

Importante ressaltar que a empresa a ser contratada deverá apresentar os documentos relacionados no Art. 29, da Lei nº 8.666/93, relativos à sua regularidade fiscal.



III - CONCLUSÃO:

Neste prisma, visando atender a Decisão Judicial da 3ª Vara da Fazenda de Belém-PA, **SUGERIMOS**, através do procedimento de dispensa de licitação, **pelo FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO SINVASTATINA 40 MG, ESPECIFICADO NA DECISÃO JUDICIAL AO PACIENTE ALFREDO SOUZA DE LIMA**, através da empresa M M LOBATO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 05.109.384/0001-07, no valor de R\$ 53,40 (cinquenta e três reais e quarenta centavos), estando este procedimento devidamente amparado pela Lei 8.666/93, em seu art. 24, IV, que possibilita a dispensa diante do caráter EMERGENCIAL.

Por fim, amparado por nossa Carta Magna, que disciplina em seus art. 6º e 196 que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, ressaltamos que nada mais temos a sugerir que não seja o **DEFERIMENTO** do pedido de fornecimento do medicamento SINVASTATINA, conforme decisão judicial nos autos do processo n.º 0043968-69.2008.8.14.0301.

É o parecer, S M J.

Belém, 08 de abril de 2015.

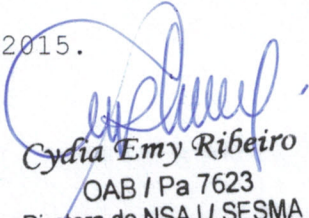
**Luiz Felipe Fonseca**

OAB/PA 18127

Assessor Jurídico - NSAJ/SESMA

1. Ao Controle Interno para manifestação;
2. Após, à Autoridade Superior competente para as providências que se fizerem necessárias.

Belém, 08/04/2015.

  
**Cydia Emy Ribeiro**  
OAB / Pa 7623  
Diretora do NSAJ / SESMA